

Artis

RELATÓRIO DE GESTÃO

Associação de Solidariedade Recreativa e Cultural Biscainho

ANO: 2019

1 - Introdução

A Associação de Solidariedade Recreativa e Cultural Biscainho, com sede social em Estrada Municipal 515 nº 16, com um capital social de 142.879,07 €, tem como atividade principal Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2019.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Associação de Solidariedade Recreativa e Cultural Biscainho, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

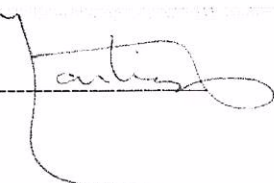
2 - Enquadramento Económico

Ao longo de 2019, os governos depararam-se com novos desafios, com o crescimento da insatisfação social em alguns países, levando a várias manifestações e protestos, assim como vários desastres naturais, como os incêndios na Austrália, cheias na África Oriental e seca extrema na África do Sul. O aumento das barreiras tarifárias entre os Estados Unidos e os seus parceiros comerciais, não só a China, mas também entre a União Europeia, denegriu o sentimento dos consumidores, tendo gerado também várias desacelerações cíclicas em diversas economias. Apesar de no final do ano terem surgido notícias positivas em torno destas negociações, não foram suficientes para mitigar este sentimento, que poderá repercutir-se também no setor produtivo e tecnológico. Contudo, ninguém esperava que 2020 fosse assombrado pela pandemia do vírus COVID-19. A atual crise pandémica mostra que, assim como nas alterações climáticas, existem desafios globais a serem colocados, nomeadamente a forte interdependência nos fluxos de comércio de bens e serviços, capitais e pessoas, refletidas em grande parte pelo progresso tecnológico, que, não obstante a melhoria significativa do bem-estar em geral, leva a uma rápida propagação destes choques. Esta situação revela também a necessidade de resolver as falhas dos mercados, nomeadamente a não consideração de todos os custos económicos e sociais envolvidos no processo de produção. É essencial repensar as cadeias de valor globais, com o intuito de reduzir essa dependência, frisando, contudo, que a opção por políticas de limitação das relações económicas internacionais não é certamente a solução mais eficiente para mitigar estes desafios. Na expectativa que os impactos económicos derivados da pandemia tenham reflexo apenas num reduzido espaço temporal, no médio e longo prazo, os governos deverão trabalhar em conjunto para criar regras e taxas comerciais mais justas, de forma a impulsionar o investimento. Nos próximos anos, os governos deverão focar-se em estratégias que levem a um mundo cada vez mais digital, apostando também em políticas que apoiem as energias renováveis, com vista à diminuição das emissões de CO₂, de forma a mitigar os riscos de estagnação do crescimento no médio e longo prazo.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

Após um abrandamento significativo da economia nos últimos três trimestres de 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta para uma estabilização da atividade económica global em 2019. O aumento das tensões comerciais e geopolíticas desencadearam num aumento dos níveis de incerteza, refletindo-se por sua vez no nível de confiança dos investidores, levando a uma desaceleração do investimento, da produção e do comércio internacional. Assim, o FMI prevê um crescimento global de apenas 2,9% para 2019 – o valor mais baixo registado desde 2008. Para as economias em desenvolvimento, o FMI prevê um crescimento de 3,7%, reflexo de algumas economias com um maior nível de stresse e baixo desempenho económico, como foi o caso da Índia, bem como de um desaceleramento económico na China, que se prevê que se situe nos 6,1% em 2019. Nas economias avançadas, esta estabilização da atividade económica, em conjunto com as notícias favoráveis sobre os acordos entre os Estados Unidos e a China e a diminuição dos receios de uma má negociação do Brexit, reforçaram o sentimento dos mercados financeiros, já sustentado por cortes nas taxas dos bancos centrais, nomeadamente nos três cortes realizados na segunda metade de 2019 pelo banco central dos Estados Unidos (FED). O mercado acionista também se mostrou positivo nas economias avançadas durante os últimos meses de 2019, e as obrigações soberanas, após ter-se verificado uma queda em setembro, começaram a recuperar também nos últimos meses de 2019. Nas economias emergentes, verificou-se também uma melhoria nos mercados de títulos. Quanto às principais moedas, verificou-se um enfraquecimento de dois pontos percentuais no dólar americano e no yen japonês, enquanto que o renminbi chinês reforçou-se em cerca de 1,5%. Já a libra esterlina foi apreciada em 4 pontos percentuais desde setembro. Assim, e tendo por base dados do Banco Central Europeu (BCE), a cotação EUR/USD apresentou um perfil descendente ao longo de 2019, situando-se nos 1,1397 no início do ano, tendo apresentado durante o mês de junho um pico ascendente, chegando aos 1,1394. O valor mais baixo foi registado em finais de setembro, onde atingiu os 1,0889, fechando o ano nos 1,1234. Quanto à libra esterlina, no início do ano apresentava uma cotação EUR/GBP de 0,90165, tendo-se notado uma trajetória descendente até inícios de maio, onde chegou aos 0,8547, começando então a

Direção



notar-se uma inversão, tendo atingido o seu pico máximo em inícios de agosto, com uma cotação de 0,9282, voltando então a descer, fechando o ano com uma cotação de 0,8508. Apesar de continuar-se a verificar um aumento na criação de emprego (em alguns casos, num contexto de taxas de desemprego em níveis mínimos), a inflação dos preços do consumidor permaneceu estável nas economias avançadas, tendo-se notado no terceiro trimestre de 2019 uma estabilização no setor produtivo, mas algum enfraquecimento no setor dos serviços. Quanto ao comércio global, este registou um abrandamento significativo na primeira metade de 2019. Em termos anuais, a OCDE estima um desaceleramento, devendo situar-se em 1,0%, o valor mais baixo desde 2009. Durante os primeiros meses de 2019, o preço do petróleo apresentou uma tendência marcadamente ascendente, tendo subido cerca de 20 dólares por barril entre janeiro e maio, situando-se nos 70 dólares por barril, devido às fortes restrições do lado da oferta, nomeadamente pelo aumento das tensões no Médio Oriente. Entre junho e novembro registou-se uma trajetória mais moderada, tendo-se registado em meados de novembro um preço de 63 dólares por barril. Para o conjunto do ano, projeta-se um preço de 64 dólares por barril, uma redução de quase 10% face a 2018. Relativamente aos Estados Unidos, apesar de se ter verificado um crescimento significativo no segundo trimestre de 2019 (2%), a economia americana voltou a estagnar, resultado dos fracos níveis de investimento, bem como do desvanecimento dos efeitos das reformas tributárias feitas em 2018. Para o total do ano, o FMI prevê um crescimento de 2,3%. Apesar das tensões comerciais com a China terem diminuído, novos riscos apresentam-se, como o anúncio feito pela Boeing sobre a paragem indefinida da produção do seu 737 MAX, aumentando assim o enfraquecimento do setor produtivo. No final do verão, registou-se pela primeira vez desde a última crise financeira uma inversão da yield curve americana. Esta curva é muitas vezes vista como um indicador de recessões económicas. Quanto ao Reino Unido, durante a primeira metade de 2019 notou-se um abrandamento da atividade económica, num contexto de elevadas incertezas sobre as negociações do Brexit, que se vieram a dissipar ao longo dos últimos meses do ano, especialmente em dezembro, com o resultado das eleições a tornar-se favorável para uma saída ordeira da União Europeia. Em termos trimestrais, e segundo dados do BCE, nos dois primeiros trimestres de 2019 notou-se uma contração económica, começando a recuperar a partir do terceiro trimestre, onde se registou um crescimento de 0,3%, reflexo de um aumento das exportações neste período. Ao longo do ano o consumo privado manteve-se sólido, refletindo um forte crescimento dos salários, tendo também o contributo do consumo público. Por outro lado, o fraco investimento contrabalançou os níveis de crescimento.

Já a economia europeia encontra-se no seu sétimo ano consecutivo de crescimento, apesar de se notar algum nível de abrandamento, devido sobretudo ao enfraquecimento dos setores comerciais e de produção, ainda assim mitigado pela melhoria na procura doméstica, nomeadamente no investimento. A Comissão Europeia prevê uma taxa de crescimento para 2019 de 1,1% para a zona euro (EA19) e de 1,4% para o conjunto dos países da União Europeia (EU28). Segundo a mesma, os países que mais contribuíram para este crescimento foram a Polónia (+1,3%), a Hungria (+1,1%) e a Estónia (+1,0%).

Em relação ao deficit soberano, manteve-se relativamente estável ao longo de 2019, permanecendo na EA19 nos 0,7% no segundo e terceiro trimestres e nos 0,9% para a EU28, em ambos os trimestres. A Comissão Europeia aponta também para uma dívida pública agregada da EA19 de 86,4% em 2019 e de 80,6% para a EU28. Contudo, em relação ao deficit agregado para 2019, tanto na EA19 como na EU28, prevê-se um ligeiro aumento de 1 e de 2 pontos percentuais, respetivamente, face aos mínimos históricos registados até 2018. Durante 2019, o mercado de trabalho manteve-se forte, com o desemprego a situar-se no seu nível mais baixo desde o início do século. A Comissão Europeia prevê para a EA19 uma queda da taxa de desemprego de 7,6% e de 6,3% para a EU28. Para o terceiro trimestre de 2019, o Eurostat indica um crescimento do emprego de 0,9% na EA19 e de 0,8% na EU28 em comparação com o mesmo período de 2018. Ainda assim, verificou-se alguma resiliência na criação de emprego.

2.2 A nível Nacional

Para o conjunto do ano de 2019, o Instituto Nacional de Estatística (INE) aponta para um aumento do PIB em termos nominais de 3,9%, abaixo dos 4,3% verificados em 2018, com a capacidade de financiamento da economia portuguesa a situar-se nos 0,8% do PIB, em comparação com os 1,2% verificados em 2018. Este resultado teve um contributo menos intenso da procura interna - de 2,8% em comparação com os 3,1% verificados em 2018 -, refletindo o abrandamento do consumo privado, de 2,9% para 2,3%. Quanto à procura externa, em termos líquidos apresentou um contributo de -0,6%, comparando com -0,4% em 2018, tendo-se verificado uma desaceleração das exportações de bens e serviços, de 4,5% em 2018 para 3,7% em 2019, bem como das importações de bens e serviços, de 5,7% para 5,2%. O saldo externo de bens e serviços representou 0,1% do PIB, sendo que em 2018 a sua representação tinha sido de 0,4%. Quanto ao investimento, em termos reais verificou-se um aumento de 6,2% em 2018 para 6,5% em 2019, justificada pela aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - de 5,8% para 6,4% - cujo contributo foi maioritariamente dado pela componente da construção, que passou de um crescimento de 4,6% para 9,4%, em alguns casos associada ao investimento público no tocante a projetos de infraestruturas de grande dimensão, mas também associada ao dinamismo da construção residencial. Em relação ao setor não financeiro, a necessidade de financiamento situou-se nos 3,4% do PIB em 2019, reflexo do aumento de 0,7% do Excedente de Exploração Bruto e de um aumento de 1% do Valor Acrescentado Bruto (VAB). Num inquérito realizado pelo INE, destacou-se o autofinanciamento como a principal fonte de financiamento para o investimento das empresas,

Direção

sendo o crédito bancário a segunda principal fonte de financiamento, em especial para as empresas exportadoras. Em 2019, registou-se uma taxa de variação média do IHPC de 0,3%, inferior à registada em 2018 (1,2%). A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, deverá diminuir significativamente em 2019, de 1,2% para 0,3%, sobretudo devido à queda dos preços dos bens energéticos, em linha com a redução do preço do petróleo, mas também explicada por quedas significativas nos preços de alguns bens e serviços, como o caso dos transportes públicos, das propinas do ensino superior e dos manuais escolares no ensino secundário. Quanto às famílias, notou-se um crescimento da capacidade de financiamento, situando-se em 1,6% do PIB no quarto trimestre de 2019, reflexo de um aumento da poupança corrente superior ao da FBC. Contudo, regista-se ainda uma elevada taxa de pobreza ou exclusão social, de 21,6%, segundo estimativa do INE. Ainda sobre as famílias portuguesas, verificou-se também um crescimento de 1,1% das remunerações recebidas, o que se refletiu no aumento do rendimento disponível para 0,7% que, por sua vez, levou a um crescimento na poupança das mesmas, para 6,7% do rendimento disponível. Sobre o emprego, o INE avança com uma taxa de desemprego de 6,5%, menos 0,5% face a 2018, tendo-se também registado uma diminuição na taxa de desemprego de jovens (18,3%, menos 2% do que em 2018) e no desemprego de longa duração, com uma proporção de 49,9% - 1,2% inferior a 2018. Em termos regionais, à exceção do centro, todas as regiões do país apresentaram uma taxa de desemprego superior à média nacional, tendo a Região Autónoma dos Açores registado a maior taxa de desemprego, de 7,9%. Em comparação com o ano anterior, apenas o Algarve registou um aumento desta taxa, de 0,7%. A população desempregada diminuiu 7,2% em relação ao ano passado, enquanto que a população empregada aumentou 1,0%, com uma forte contribuição das mulheres (1,2%), prolongando assim o ciclo de aumentos verificados desde 2014. Para 2019, verificou-se uma taxa de inatividade na ordem dos 40,7%, menos 0,2% do que em 2018, sendo estimada uma população inativa total de 5.010,8 mil pessoas, menos 0,4% em relação ao ano anterior. A melhoria da situação no mercado de trabalho implicou um maior dinamismo dos salários, tendo-se registado nos três primeiros trimestres de 2019 um aumento de 2,8% em termos homólogos das remunerações por trabalhador.

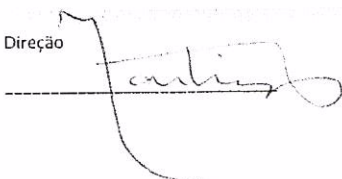
O crescimento do consumo fez-se também sentir nas Administrações Públicas (AP) que apresentou um saldo positivo de 0,2% do PIB em 2019, reflexo de um aumento da receita superior ao da despesa, com variações de 0,8% e 0,2%, respetivamente. Do lado da despesa, registou-se uma diminuição da despesa de capital em 3,7% e um aumento da despesa corrente de 0,5%. Já a receita total registou um aumento de 0,8%, derivados do aumento de 0,8% da receita corrente e de 2,3% da receita de capital. Este resultado positivo da receita corrente deveu-se ao aumento dos impostos sobre o rendimento e património (0,4%) e das contribuições sociais (1,7%). A balança de bens e serviços deverá tornar-se deficitária em 2019, refletindo a evolução da balança de bens, devido ao forte crescimento real das importações, enquanto se prevê uma ligeira diminuição do excedente da balança de serviços. Para o conjunto do ano, a dívida bruta das AP terá atingido os 117,7% do PIB.

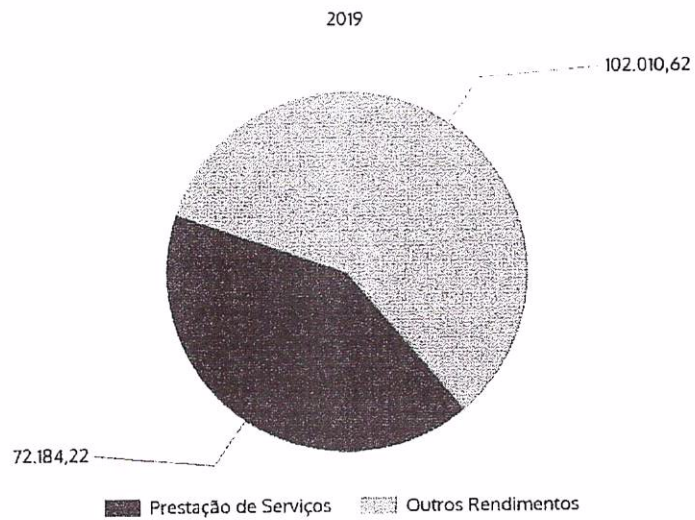
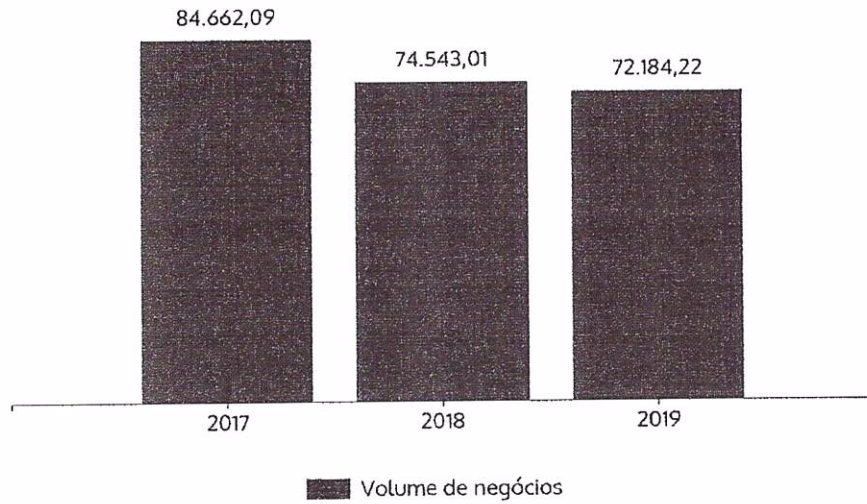
3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2019 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 72.184,22 €, representando uma variação de -3,16% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

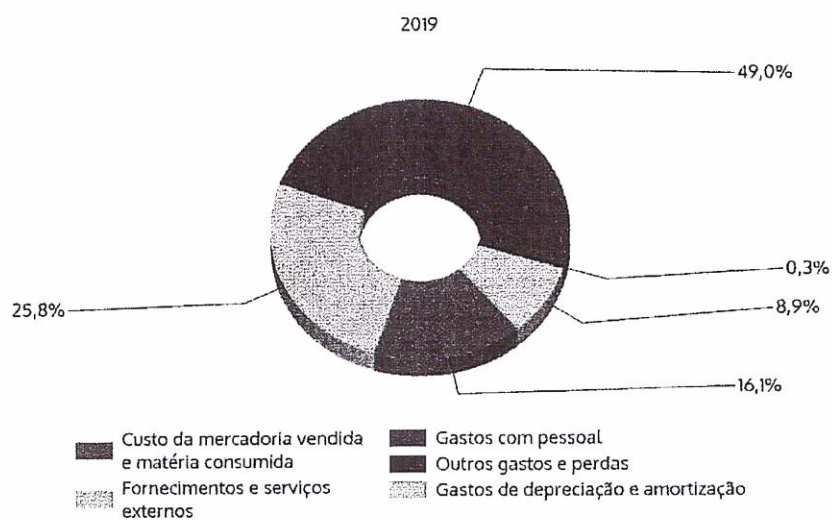
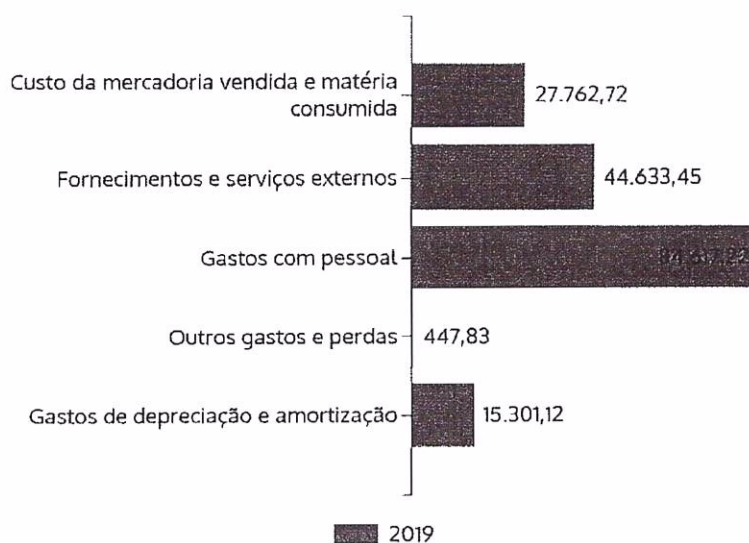
Direção





Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Direção

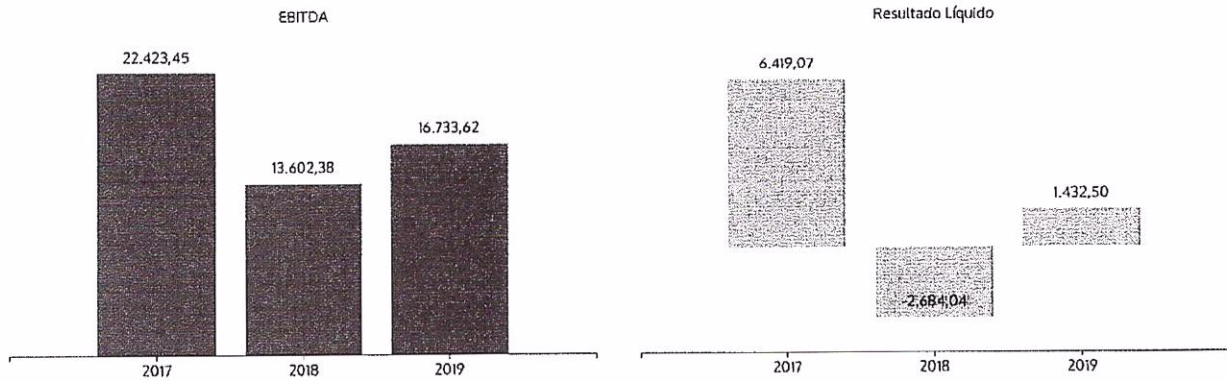


No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos XX

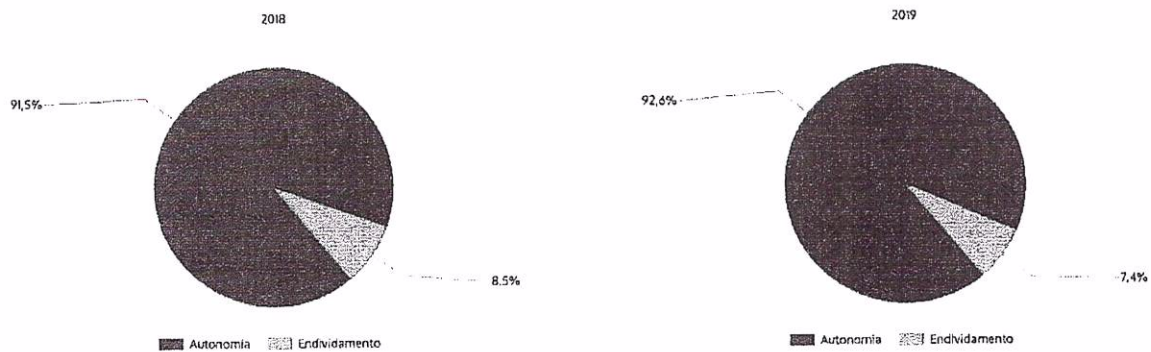
Itens	PERÍODO		
	2017	2018	2019
Gastos com Pessoal	83.983,35	84.855,67	84.617,22

Direção

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	2017	2018	2019
Ativo não corrente	231.456,62	216.746,53	201.462,25
<i>Percentagem ativo não corrente</i>	65,47%	64,07%	61,44%
Ativo corrente	122.091,76	121.575,49	126.431,60
<i>Percentagem ativo corrente</i>	34,53%	35,94%	38,56%
Total ativo	353.548,38	338.322,02	327.893,85
Capital Próprio	322.230,73	309.589,57	303.773,73
<i>Percentagem Capital Próprio</i>	91,14%	91,51%	92,64%

Direção

Itens	PERÍODO		
	2017	2018	2019
Passivo corrente	31.317,65	28.732,45	24.120,12
<i>Percentagem passivo corrente</i>	<i>8,86%</i>	<i>8,49%</i>	<i>7,36%</i>
Total Capital Próprio e Passivo	353.548,38	338.322,02	327.893,85

A sociedade exerceu atividade nos seguintes setores (descrição dos setores, das condições de mercado, investimentos, rendimentos gastos, resultados e atividades de I&D).

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Associação de Solidariedade Recreativa e Cultural Biscainho no período económico findo em 31 de dezembro de 2019 realizou um resultado líquido de 1.432,50€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

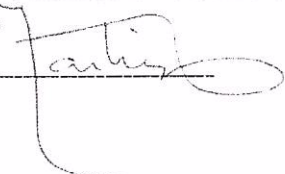
5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

Tendo em consideração o choque económico, financeiro e social gerado pelo COVID-19, várias organizações internacionais, tais como o FMI e a OCDE, já colocaram em baixa as suas projeções macroeconómicas para este ano, receando também um novo ciclo de recessão económica mundial. A propagação deste vírus está a causar disrupções nas cadeias de fornecimento globais, volatilidade nos mercados financeiros, choques no consumo e um impacto negativo em setores chave como viagens e turismo. Contando com o ataque terrorista do 11 de setembro e a crise financeira global de 2008, este é já o terceiro grande choque económico do século XXI. Para este ano, a Fitch avança com um crescimento económico global de 1,3%, em comparação com os 2,5% que havia comunicado em dezembro de 2019, indicando um possível declínio total do PIB global caso mais medidas de prevenção tenham de ser implementadas em todas as economias do G7. Já o Banco de Portugal aponta para uma queda do PIB mundial de 1,8%, num cenário em que as medidas adotadas para a contenção dos danos na economia sejam bem-sucedidas, esperando um crescimento de 2,5% em 2021 e de 4% em 2022. Num cenário mais adverso, o impacto na economia será muito mais significativo, apontando-se uma recessão económica mundial superior à da grande recessão de 2009, com o PIB mundial a cair 4,6% em 2020. Já no longo prazo, é previsto um crescimento mais tímido, apontado pelo ritmo mais moderado da produção, sobretudo devido ao enfraquecimento da força laboral, por via do envelhecimento da população. Em 2020 notar-se-á uma forte redução do comércio internacional (10,3% no primeiro cenário e 17% no segundo), reflexo do choque desproporcional dos fluxos internacionais de bens e serviços, principalmente nos setores do turismo e dos transportes, recuperando nos dois anos seguintes. Contudo, ainda existem riscos de retorno associados que poderão alterar os dados macroeconómicos globais, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão, que poderão comprometer o fornecimento global de petróleo. As expectativas implícitas nos mercados de futuros apontam para novas reduções do preço do petróleo em 2020 e 2021, para -7% e -4%, respetivamente, devendo posteriormente estabilizar em 2022. Efetivamente, este ano já se verificou uma queda do preço do Brent devido ao COVID-19, tendo atingido os 31 dólares por barril em março, o que corresponde a uma queda de mais de 50% face aos valores observados no final de 2019. Para 2021, a Fitch estima uma média de 48 dólares por barril.

Para os Estados Unidos, o COVID-19 poderá fazer disparar o desemprego para níveis superiores aos verificados na Grande Depressão, prevendo-se que a taxa de desemprego atinga os 30% no segundo trimestre de 2020, com os primeiros dados a apontar para uma perda entre os 500 mil a 5 milhões de empregos, só em março, prevendo-se também uma queda de 50% do PIB. Na China, o choque económico foi bastante severo, prevendo-se uma queda de 5% no primeiro trimestre deste ano e de 3,7% no conjunto do ano, estimando-se uma recuperação económica a partir do segundo trimestre. Ainda assim, este choque trará certamente impactos às restantes economias, particularmente nos restantes países da Ásia e na Europa, derivado das disrupções nas cadeias de fornecimento e da diminuição da demanda chinesa. Na Europa, e segundo dados da Comissão Europeia, prevê-se que o impacto direto do COVID-19 reduza o crescimento real do PIB da União Europeia em 2,5% para este ano, tendo em conta as projeções de 1,4%

Direção

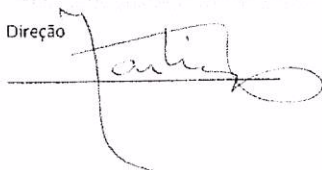


que haviam sido feitas antes deste surto. Este impacto substancialmente negativo irá prolongar-se pela primeira metade do ano, podendo estender-se caso as medidas de contenção não surtam o efeito desejado. Para além disso, as tensões comerciais no setor produtivo e as incertezas geopolíticas estão a ter um impacto negativo no investimento. Uma diminuição na intensidade do comércio, em conjunto com níveis baixos de produtividade, poderá causar um impacto negativo na posição da Europa num mundo que está a definir-se pelas rivalidades entre os Estados Unidos e a China. Neste sentido, alguns analistas temem um período de queda do crescimento, bem como de um aumento da inflação, associado à queda da produção e ao envelhecimento da população – até 2024 estima-se que numa grande parte dos países membros a força de trabalho caia para mais de 3% e que em 2060 essa queda seja de 12% face ao verificado atualmente. Estes níveis, em combinação com décadas de declínio da produtividade, colocam uma pressão no crescimento potencial da economia europeia. Assim, o seu crescimento irá depender do esforço dos setores domésticos, que irão ser favorecidos pelo aumento dos salários no mercado de trabalho, assim como pelas melhores condições de financiamento e, em alguns estados membros, de algumas medidas fiscais. Quanto aos mercados de ações, as repercussões do COVID-19 já se fizeram sentir em todo o mundo. Particularmente na Europa registou-se uma queda de cerca de 30% em comparação com o registado em meados de fevereiro. Não se tinha verificado uma queda tão abrupta desde o início da crise financeira em 2008. Também as yields em obrigações do tesouro caíram acentuadamente, e nos Estados Membros mais vulneráveis, registou-se um aumento do spread nos títulos do governo. Tendo em conta as mais recentes medidas do BCE para contrariar os possíveis impactos financeiros desta pandemia, as taxas de juro a curto prazo da EA19 deverão situar-se nos -0,5% entre 2020 e 2022, apresentando um nível historicamente baixo. No curto prazo, o novo coronavírus irá certamente mitigar as projeções económicas globais para este ano, esperando que o seu impacto não se prolongue para os próximos anos. De forma a impulsionar a confiança e estabilizar a economia global, o FMI aponta três áreas de ação principais: fiscal – com a implementação de estímulos adicionais para evitar danos económicos duradouros -, política monetária – com os bancos centrais das economias avançadas a apoiar a demanda e a aumentar a confiança, facilitando as condições financeiras e a assegurar o fluxo de crédito para a economia real, enquanto que nas economias emergentes terão de lidar com as reversões de fluxo de capital e com os choques das mercadorias. Por fim, é essencial que os supervisores do sistema financeiro mantenham o equilíbrio entre preservar a estabilidade financeira, manter a solidez do sistema bancário e sustentar a atividade económica. De notar que todos estes esforços serão mais eficazes com a cooperação de todos os países envolvidos, trabalhando em conjunto para mitigar estes impactos. Para a Europa, a Comissão Europeia já anunciou um programa de resposta a esta pandemia. Para combater e minimizar o impacto deste vírus na economia europeia, todos os Estados Membros deverão trabalhar em conjunto, implementando medidas que essencialmente apoiem os cidadãos e as empresas, que poderão vir a sofrer de falta de liquidez e possíveis falências. A Comissão Europeia está também ciente que estas medidas não conseguirão proteger a União Europeia dos possíveis efeitos negativos da crise vinda da China. Para além deste surto, do aumento da incerteza e das tensões comerciais já referidas, existem outros riscos que poderão levar também a uma diminuição do crescimento económico global face ao previsto, tais como as vulnerabilidades financeiras, as pressões deflacionárias nas economias avançadas e riscos geopolíticos, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão. Como referido, um abrandamento da economia chinesa poderá também mitigar o crescimento global. Para a Europa, o maior risco no curto prazo centra-se nas negociações do Brexit. O aumento das tensões comerciais e da incerteza associada, poderá levar ao enfraquecimento do investimento. Também se denota um risco associado ao enfraquecimento dos setores comercial e produtivo, que poderá arrastar-se para os restantes setores mais rápido e com maior impacto do que o previsto, nomeadamente para o setor dos serviços. Um facto positivo ao crescimento da zona euro seria o investimento em políticas fiscais expansionistas em alguns dos países membros. Considerando um horizonte mais precário, e com um nível de riscos elevado, as políticas fiscais deverão ter um papel mais ativo, principalmente nos países onde a atividade enfraqueceu ou poderá desacelerar de forma considerável. Os países terão de cooperar na resolução dos problemas comerciais e quebrar as barreiras recentemente impostas. Terão também de trabalhar em conjunto no tocante às emissões de gases de estufa e do aumento das temperaturas globais. O aumento dos preços do carbono, associado a esforços complementares para encorajar o fornecimento de energias baixas em carbono, seriam uma boa estratégia, ao mesmo tempo que se fomentaria o desenvolvimento e adoção de tecnologias mais ecológicas. Nos países onde a sustentabilidade da dívida não é um problema, poderão ser adotadas medidas direcionadas para as alterações climáticas, tais como o investimento em infraestruturas. No geral, todas as economias deverão priorizar o crescimento económico, melhorar a inclusão e reforçar a resiliência, aplicando políticas estruturais com foco na abertura e flexibilização dos mercados, de forma a melhor ajustarem os choques ao crescimento a médio prazo, mitigando também as discrepâncias entre países e encorajando a convergência entre os mesmos.

5.2 Cenário Interno

Segundo o Banco de Portugal, as perspetivas económicas sofreram uma deterioração abrupta em relação às projeções que haviam sido feitas antes dos últimos acontecimentos em volta da pandemia COVID-19, que já se fizeram sentir nas famílias e empresas portuguesas. Assim, dada a extrema complexidade deste exercício de projeção, com os elevados níveis de incerteza e desconhecimento envolvidos, as mesmas poderão não corresponder ao cenário mais provável, ressalva o Banco de Portugal. Para este ano, é certo que Portugal irá presenciar uma recessão económica. Num cenário em que as medidas adotadas para a contenção dos danos na economia sejam bem-sucedidas, o Banco de Portugal prevê uma redução do PIB real de 3,7%, com uma queda acentuada na

Direção

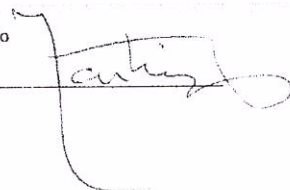


primeira metade do ano, devendo o seu pico ocorrer durante o segundo trimestre, começando então a normalizar-se de forma gradual a partir do segundo semestre de 2020, sendo expectável uma trajetória de crescimento nos últimos meses do ano. Para os anos seguintes, espera-se um crescimento económico, apesar de fraco, de 0,7% para 2021 e, com uma ligeira recuperação, de 3,1% em 2022. Num cenário mais adverso, o Banco de Portugal aponta para uma redução do PIB real de 5,7% para este ano, mas com uma recuperação económica mais significativa nos dois anos seguintes, de 1,4% e 3,4%, respetivamente. Após um aumento de 2,3% do consumo privado em 2019, projeta-se uma queda para os 2,8% este ano no primeiro cenário e de 4,8% no segundo, refletindo uma ligeira diminuição do rendimento disponível real e um possível aumento da poupança por parte das famílias portuguesas devido à incerteza envolta da pandemia. Segundo dados do INE, o indicador da confiança dos consumidores diminuiu entre dezembro de 2019 e março deste ano, em especial neste último que atingiu o valor mínimo verificado em dezembro de 2016, quebrando assim o perfil ascendente que se vinha a verificar desde abril de 2019. Para os dois próximos anos, no cenário base espera-se uma aceleração do consumo privado, de 1,4% e 3%, respetivamente, sendo que no caso do cenário mais adverso só no final do horizonte de projeção é que se espera uma recuperação do mesmo. Esta queda do consumo privado será também resultante da redução do emprego e de um menor crescimento dos salários por trabalhador, uma vez que a contração económica irá certamente resultar numa destruição de postos de trabalho, sendo expectável uma redução de 3,5% do emprego e de um aumento da taxa de desemprego para os 10,1%, com uma redução muito gradual nos dois anos seguintes. No segundo cenário, este aumento será ainda mais significativo, com uma recuperação mais baixa para 2021 e 2022. Quanto ao consumo público, estima-se um crescimento de 2,1% para este ano, derivado do expectável aumento das despesas em saúde suportada pelas administrações públicas devido ao surto COVID-19. Quanto à FBCF, no cenário base deverá cair 10,8% em 2020 e 15% no cenário adverso, reflexo de uma inevitável queda do investimento empresarial e também do investimento residencial, embora com menor impacto. Apesar desta queda abrupta (comparando com o crescimento de 6,4% verificado em 2019) espera-se que a mesma comece a recuperar gradualmente já no final deste ano, devendo situar-se em 2,9% no próximo ano e nos 7,9% em 2022 para o cenário base, devendo notar-se uma recuperação ligeiramente mais forte no segundo cenário. No primeiro cenário, a procura externa dirigida à economia portuguesa irá sofrer uma redução de 10,9% este ano, com posteriores crescimentos de 3,9% e 5,5% para 2021 e 2022, respetivamente. Como tal, espera-se também uma forte queda das exportações de bens e serviços para 2020 (12,1% no primeiro cenário e 19% no segundo), em especial nos setores do turismo e transportes, que serão fortemente afetados pelas limitações impostas à movimentação de pessoas. Para os próximos dois anos, espera-se uma recuperação, de 4,2% e 5,5%, respetivamente. Quanto às importações, em termos reais irão reduzir-se significativamente em 2020 (11,9% no primeiro cenário e 19% no segundo), em especial no tocante aos serviços, reflexo da contração da procura global, com uma expectável recuperação de cerca de 6% para os dois anos seguintes. Pela natureza deste choque, existe um elevado nível de incerteza quanto à inflação, prevendo-se que esta taxa permaneça em níveis baixos durante todo o horizonte de projeção. Por um lado, é expectável uma descida nos preços de alguns serviços, em particular ligados ao turismo e atividades recreativas, e por outro um aumento dos preços relativos a bens alimentares e outros produtos essenciais. Assim, no cenário base espera-se que a mesma se situe nos 0,2% em 2020 e num cenário mais adverso esta taxa deverá situar-se mais próxima dos 0%, aumentando ligeiramente nos restantes anos, devendo permanecer em torno dos 1% para o primeiro cenário e a níveis mais baixos para o segundo. O saldo da balança corrente e de capital deverá aumentar para 2% do PIB durante este ano, suportado por uma melhoria na balança de bens - beneficiando do ganho de termos de troca proporcionado pela queda do preço do petróleo - e de um aumento das transferências recebidas da UE, relacionado com o término do atual ciclo de programação financeira. Em relação à balança de serviços, o seu excedente deverá reduzir-se, sobretudo devido ao choque sobre os fluxos do turismo. Para os anos seguintes, é expectável que a economia portuguesa mantenha a sua capacidade de financiamento. A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa deverá situar-se em 2,6% no horizonte de projeção, num quadro em que se assume que a perceção de risco dos soberanos na área euro não se altera substantivamente. Assim, como já referido no início deste ponto, o vírus COVID-19 é um fator que irá certamente mitigar a economia portuguesa no curto prazo, existindo ainda outros riscos que poderão alterar estas projeções, sendo eles na sua maioria externos, nomeadamente a possível intensificação das tensões protecionistas, bem como a transmissão da fraqueza do setor industrial para os restantes setores de atividade. O crescimento potencial da economia portuguesa permanece condicionado por constrangimentos ao crescimento dos fatores produtivos e ao aumento da produtividade, sendo de referir a evolução demográfica adversa, os elevados níveis de endividamento, os quais limitam o investimento, e os baixos níveis de capital humano.

5.3 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que futuro próximo a empresa.

Direção



6 - Outras Informações

A Associação de Solidariedade Recreativa e Cultural Biscainho não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2019.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Para as situações de pagamentos fora de prazo foram negociados os respetivos planos de pagamentos, designadamente.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social. Para as situações de pagamentos fora de prazo foram negociados os respetivos planos de pagamentos, designadamente.

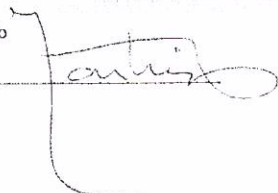
No contexto actual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a atividade futura da empresa seja afetada. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo, se necessário, a esta nova realidade.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Associação de Solidariedade Recreativa e Cultural Biscainho.

Direção

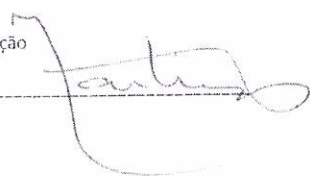


Balanço - (modelo para ESNL)
em 31-12-2019
(montantes em EURO)

Associação de Solidariedade Recreativa
e Cultural Biscainho

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		Dez 2019	Dez 2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	201.326,91	216.628,03
Outros créditos e ativos não correntes		135,34	118,50
		<u>201.462,25</u>	<u>216.746,53</u>
Ativo corrente			
Créditos a receber	11	6.696,34	3.934,78
Caixa e depósitos bancários		119.735,26	117.640,71
		<u>126.431,60</u>	<u>121.575,49</u>
Total do ativo		<u>327.893,85</u>	<u>338.322,02</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	15		
Fundos	11	142.879,07	142.879,07
Resultados transitados		63.598,20	66.282,24
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	10	95.863,96	103.112,30
		<u>1.432,50</u>	<u>-2.684,04</u>
Total dos fundos patrimoniais		<u>303.773,73</u>	<u>309.589,57</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	10.098,57	11.785,51
Estado e outros entes públicos		1.682,06	1.329,25
Outros passivos correntes	11;12	12.339,49	15.617,69
		<u>24.120,12</u>	<u>28.732,45</u>
Total do passivo		<u>24.120,12</u>	<u>28.732,45</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>327.893,85</u>	<u>338.322,02</u>

Direção



Contabilista Certificado N° 62486

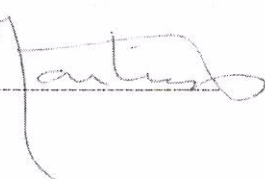


Demonstração dos Resultados por
Naturezas - (modelo para ESNL)
do período findo em 31-12-2019
(montantes em EURO)

Associação de Solidariedade Recreativa
e Cultural Biscainho

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		Dez 2019	Dez 2018
Vendas e serviços prestados	8	72.184,22	74.543,01
Subsídios, doações e legados à exploração	10	86.904,37	82.498,06
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-27.762,72	-26.960,10
Fornecimentos e serviços externos	8	-44.633,45	-44.385,85
Gastos com o pessoal	12	-84.617,22	-84.855,67
Outros rendimentos	8	15.106,25	12.847,93
Outros gastos		-447,83	-85,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		16.733,62	13.602,38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-15.301,12	-16.286,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.432,50	-2.684,04
Resultado antes de impostos		1.432,50	-2.684,04
Resultado líquido do período		1.432,50	-2.684,04

Direção



Contabilista Certificado N° 62486



Antônio

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associação de Solidariedade Recreativa e Cultural Biscainho

ANO: 2019

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Associação de Solidariedade Recreativa e Cultural Biscainho

Número de identificação de pessoa coletiva: 502225564

Lugar da sede social: Estrada Municipal 515 nº 16 25100-651 Coruche

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Direção



Contabilista Certificado Nº 62486



3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

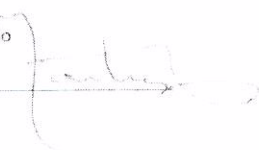
À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Direção


Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

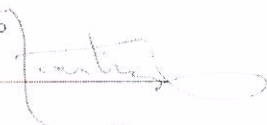
- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.


Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Direção


Contabilista Certificado Nº 62486


Página: 4 / 11

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a estas inerentes.

- Rêdito e regime do acréscimo

O rêdito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rêdito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rêdito da Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rêdito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	310.291,33	38.656,68	99.702,76	5.824,83	0,00	17.244,09	0,00	0,00	471.719,69
Depreciações acumuladas	0,00	117.265,83	34.919,58	79.837,33	5.824,83	0,00	17.244,09	0,00	0,00	255.091,66
Saldo no início do período	0,00	193.025,50	3.737,10	19.865,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	216.628,03
Variações do período	0,00	-6.349,96	-1.829,50	-7.121,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.301,12
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	6.349,96	1.829,50	7.121,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.301,12
Depreciações do período	0,00	6.349,96	1.829,50	7.121,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.301,12
Saldo no fim do período	0,00	186.675,54	1.907,60	12.743,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.326,91
Valor bruto no fim do período	0,00	310.291,33	38.656,68	99.702,76	5.824,83	0,00	17.244,09	0,00	0,00	471.719,69
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	123.615,79	36.749,08	86.958,99	5.824,83	0,00	17.244,09	0,00	0,00	270.392,78

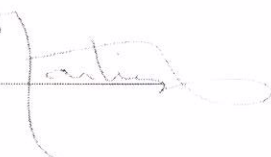
7 - Inventários

7.2 - Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	27.762,72	27.762,72	0,00	26.960,10	26.960,10
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	27.762,72	27.762,72	0,00	26.960,10	26.960,10
OUTRAS INFORMAÇÕES						

8 - Rendimentos e gastos

Direção



Contabilista Certificado Nº 62486



8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

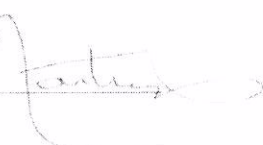
Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	72.184,22	74.543,01
Total	72.184,22	74.543,01

8.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	9.197,90	10.268,48
Trabalhos especializados	1.920,00	1.920,00
Publicidade e propaganda	61,50	0,00
Vigilância e segurança	162,98	162,98
Conservação e reparação	7.033,97	8.176,64
Outros	19,45	8,86
Materiais	1.647,26	1.652,94
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	504,06	411,52
Material de escritório	880,98	1.022,39
Artigos para oferta	155,96	0,00
Outros	106,26	219,03
Energia e fluidos	26.849,02	25.022,14
Eletricidade	6.120,33	5.852,89
Combustíveis	19.192,06	15.730,16
Água	1.536,63	1.461,75
Outros	0,00	1.977,34
Deslocações, estadas e transportes	0,00	1,00
Deslocações e estadas	0,00	1,00
Serviços diversos	6.939,27	7.441,29
Comunicação	817,50	701,26
Seguros	1.939,02	1.915,77
Contencioso e notariado	125,01	0,00
Limpeza, higiene e conforto	4.055,14	4.824,26
Outros serviços	2,60	0,00
Total	44.633,45	44.385,85

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Direção



Contabilista Certificado Nº 62486



10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

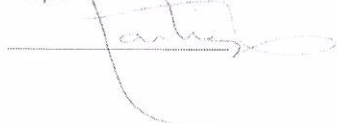
Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	95.863,24	7.264,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	95.863,24	7.264,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	86.904,37	86.904,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	8.958,90	(79.640,13)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

11 - Instrumentos financeiros


11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	142.879,07	0,00	0,00	142.879,07
Resultados transitados	66.282,24	0,00	-2.684,04	63.598,20
Outras variações nos capitais próprios	103.112,30	0,00	-7.248,34	95.863,96
Subsídios	103.112,30	0,00	-7.248,34	95.863,96
Total	312.273,61	0,00	-9.932,38	302.341,23

Direção



Contabilista Certificado Nº 62486



11.9 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	6.696,34	0,00	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	6.596,34	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	24.020,12	0,00	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	10.098,57	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	13.921,55	0,00	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

12 - Benefícios dos empregados

12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	7,00	13.808	7,00	14.540,00
Pessoas remuneradas	7,00	13.808	7,00	14.540,00
Pessoas não remuneradas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	7,00	13.808	7,00	14.540,00
Pessoas a tempo completo	7,00	13.808	7,00	14.540,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	7,00	14.540,00
Pessoas em tempo parcial	0,00	0,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	7,00	13.808	7,00	14.540,00
Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00
Feminino	7,00	13.808	7,00	14.540,00

12.4 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Pessoal - benefícios:

Descrição

Valor Período

V. Período Anterior

Direção

Contabilista Certificado Nº 62486

Pessoal - benefícios:

Gastos com o pessoal	84.617,22	84.855,67
Remunerações do pessoal	67.746,76	67.625,45
Encargos sobre as remunerações	15.120,16	15.080,32
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	483,75	968,73
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	1.266,55	1.181,17

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

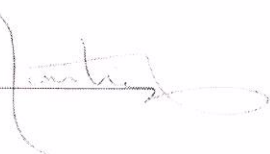
15.2 - Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	88101	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	72.184,22	72.184,22
Fornecimentos e serviços externos	44.633,45	44.633,45
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	27.762,72	27.762,72
Materias primas, subsidiárias e de consumo	27.762,72	27.762,72
Gastos com o pessoal	84.617,22	84.617,22
Remunerações	67.746,76	67.746,76
Outros gastos	16.870,46	16.870,46
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	201.326,91	201.326,91
Propriedades de investimento		

15.3 - Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	72.184,22	0,00	0,00	72.184,22
Fornecimentos e serviços externos	44.633,45	0,00	0,00	44.633,45
Rendimentos suplementares:	4.695,54	0,00	0,00	4.695,54
Serviços sociais	210,60	0,00	0,00	210,60
Outros rendimentos suplementares	4.484,94	0,00	0,00	4.484,94

Direção



Contabilista Certificado Nº 62486

18 - Impostos e contribuições

18.3 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	178,73	0,00	163,21
Contribuições para a Segurança Social	0,00	1.503,33	0,00	1.166,04
Total	0,00	1.682,06	0,00	1.329,25

20 - Fluxos de caixa

20.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	0,00	40.779,58	39.592,39	1.187,19
Depósitos à ordem	0,00	307.623,47	189.075,40	118.548,07
Total	0,00	348.403,05	228.667,79	119.735,26

Direção



Contabilista Certificado Nº 62486

